



Côa Symposium

Novos olhares sobre a Arte Paleolítica
New perspectives on Palaeolithic Art

Coord.: Thierry Aubry, André Tomás Santos e Andrea Martins
Museu do Côa

4 a 6 Dezembro 2018

Ficha Técnica

Título

Côa Symposium. Novos olhares sobre a Arte Paleolítica

Ano de Edição

2021

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses e Fundação Côa-Parque

Coordenação

Thierry Aubry, André Tomás Santos e Andrea Martins

Design

Paulo Freitas

Imagem de Capa

António Fernando Barbosa

Impressão

AGIR – Produções Gráficas

ISBN

978-972-9451-91-1

Depósito legal

491492/21

Os artigos publicados neste volume são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

O Cõa Symposium contou com o apoio das seguintes entidades a quem muito se agradece:



Índice

Prefácios

- 6 **“When the dreamer dies, what happens to the dream?”**
Aida Carvalho, Presidente do Conselho Diretivo da Fundação Côa Parque
- 7 **Côa Symposium e a importância do Vale do Côa**
José Morais Arnaud, Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses

- 8 ***In Memoriam* de Bruno Navarro**

Côa Symposium – Atas

- 15 **Introdução**
André Tomás Santos, Thierry Aubry
- 22 **L'émergence des comportements symboliques en Afrique et en Asie**
Francesco d'Errico
- 52 **The earliest Upper Paleolithic of Southern and Western Iberia is an Evolved, not an Early Aurignacian**
João Zilhão
- 72 **Occupation paléolithique de la vallée du Côa: Néandertal et premiers hommes anatomiquement modernes entrent en scène**
Thierry Aubry, António Fernando Barbosa, Luís Luís, André Tomás Santos, Marcelo Silvestre

- 94 **Dating the Côa Valley rock art 25 years later: an archaeological and geoarchaeological approach**
André Tomás Santos, António Fernando Barbosa, Luís Luís, Marcelo Silvestre, Thierry Aubry
- 128 **Arte al aire libre del interior peninsular**
Rodrigo de Balbín Behrmann, Jose Javier Alcolea González
- 154 **Something other than hand stencils. Horse representations in the cave of Fuente del Trucho (Huesca, Spain)**
Pilar Utrilla, Manuel Bea
- 172 **El Arte de La Frontera: Un territorio con arte solutrense en Asturias**
José Adolfo Rodríguez Asensio
- 198 **La Cueva de Ambrosio (Vélez-Blanco, Almería, Espagne) et le Solutréen dans le Sud de la Péninsule Ibérique**
Sergio Ripoll López, Francisco J. Muñoz Ibañez
- 224 **Les abris ornés paléolithiques du Périgord**
Brigitte et Gilles Delluc
- 254 **Du nouveau sous le soleil : les abris sculptés solutréens et magdaléniens du grand sud-ouest français**
Geneviève Pinçon, Camille Bourdier, Oscar Fuentes
- 272 **The Gondershausen petroglyphs in the Hunsrück (Germany) – 7 years after the press conference!**
Wolfgang Welker
- 290 **From Mazouco to Foz do Tua and Passadeiro. Continuities and changes in hunter-gatherers and early farmers of the lower Douro river basin (Portugal) revealed through rock art**
Maria de Jesus Sanches, Joana Castro Teixeira
- 316 **L'art paléolithique en plein air sur d'autres continents**
Paul G. Bahn
- 334 **Art rupestre, si près et si loin**
Denis Vialou
- 348 **Recherches sur le site d'art rupestre de Dampier (Australie Occidentale)**
Michel Lorblanchet
- 362 **L'art du Côa, d'une émotion l'autre**
Dominique Sacchi
- 374 **Presente y futuro en la gestión del arte rupestre paleolítico en Cantabria**
Daniel Garrido Pimentel
- 386 **De la grotte Chauvet à la grotte Chauvet 2 – Ardèche : Le premier grand chef d'œuvre de l'humanité à la portée de tous**
Valérie Moles
- 404 **A Associação dos Arqueólogos Portugueses e o Vale do Côa – um longo percurso pela defesa e divulgação do Património**
José M. Arnaud, Andrea Martins

Côa
Symposium
Atas

Introdução

André Tomás Santos, Thierry Aubry

É com uma grande satisfação que introduzimos este volume de atas do 1.º Côa Symposium, organizado pela Fundação Côa Parque e pelo projeto PALÆOCOA¹ no Museu do Côa entre 4 e 6 de dezembro de 2018, e em cuja edição a Associação dos Arqueólogos Portugueses, se empenhou desde a primeira hora. Refira-se que a colaboração desta instituição não se encetou apenas com o processo de edição das atas, mas logo no apoio à organização e realização do Symposium, tendo as conclusões do mesmo sido da responsabilidade do seu Presidente – José Morais Arnaud. A relação da AAP com o Vale do Côa não é aliás recente, tendo a AAP, designadamente através da sua Secção de Pré-história, desempenhado um papel crucial na defesa do Côa, como nos lembram José Morais Arnaud e Andrea Martins no texto que aqui apresentam.

Para além da AAP e da FCT, outras instituições apoiaram a realização desta reunião científica, sendo nosso dever deixar-lhes aqui o nosso público agradecimento. São elas: a Fundação para a Ciência e Tecnologia, a UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, o Instituto Francês de Portugal, a TSF e as câmaras municipais de Meda, Figueira de Castelo Rodrigo e, muito especialmente, de Pinhel e de Vila Nova de Foz Côa.

O livro que o leitor tem nas mãos, correspondendo às Atas do Côa Symposium, não respeita, no entanto, a ordem pela qual foram apresentadas as comunicações que estão na origem de cada um dos artigos aqui publicados nem dá a conhecer a transcrição dos debates havidos durante os trabalhos no Museu do Côa. Tal opção editorial deve-se a diversas razões.

A primeira destas razões é que, para além do artigo de José Arnaud e Andrea Martins atrás referido, temos outros textos assinados por investigadores que, por diversas razões, não puderam estar presentes, mas que na altura em que foram convidados nos demonstraram imediatamente a vontade de contribuir para as atas². É este o caso do casal Delluc e de Wolfgang Welker. Recebemos ainda um texto de Ramón Montes e Roberto Ontañón que, desta, forma, quiseram homenagear Bruno Navarro, falecido em janeiro de 2021. Por outro lado, alguns colegas que estiveram presentes no Symposium, também por razões diversas, não apresentaram os respetivos textos. Como estas ausências afetaram quase exclusivamente duas das sessões do Symposium (“As origens da arte” e “Gestão e valorização de sítios arqueológicos”) e os “textos extras” vêm reforçar os temas debatidos em outras sessões, o respeito incondicional pela ordem de apresentação das comunicações daria origem a uma obra bastante desequilibrada em termos de temas abordados.

A opção de não se apresentar a transcrição dos debates deveu-se ao facto de não nos terem sido entregues os textos respeitantes às comunicações que deram azo aos debates mais acesos³. Na medida em que fomos privados desses textos, a

1. (PTDC/EPH-ARQ/0326/2014, cofinanciado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo COMPETE 2020).

2. Refira-se que se voltou a convidar anteriores responsáveis pela investigação da arte do Côa para contribuírem para estas atas, não nos tendo chegado, no entanto, qualquer trabalho da sua autoria.

3. Ocorridos na sessão “As origens da arte”. Cfr. SANTOS, André T.; AUBRY, Thierry (2019) – O Museu do Côa e as problemáticas da arte paleolítica ao ar livre e das origens da arte. *Al-madan on-line*. Almada. IIª Série, 22: 3, pp. 179-181.

apresentação dos debates seguintes apareceria descontextualizada, razão pela qual optámos pela sua exclusão. Nesse sentido, optámos por também não publicar os restantes debates.

A publicação dos debates era uma das variáveis que poderia pesar na manutenção da ordem das comunicações. Outra era a obrigação de documentarmos os trabalhos de uma forma mais de acordo com uma “crónica do Symposium”. Cremos, contudo, que o texto que publicámos em 2019 na revista *Al-madan* acaba por cumprir esse desiderato⁴. Excluindo-se estas variáveis, optou-se pelo reordenamento dos textos ao longo de uma sequência que julgamos funcionar como uma espécie de eixo narrativo, o que acaba por conferir, na nossa opinião, uma grande unidade estrutural ao volume e facilitar a compreensão nas matérias abordadas por parte de um neófito – nomeadamente estudantes – que se atire à sua leitura.

O volume abre assim com um texto sobre as origens da arte, da autoria de F. d’Errico. Trata-se de uma síntese do que se conhece pelo mundo sobre as primeiras evidências do pensamento simbólico, onde se incluem não só os primeiros grafismos mas também adornos e materiais – como ocre – que análises aturadas revelam ter tido um uso não estritamente funcional. Como que reforçando inferências resultantes de recentes trabalhos científicos, através desta síntese o autor demonstra já que a atividade simbólica não é apanágio da “humanidade anatomicamente moderna”, sendo mais parcimonioso aceitar que outros representantes do nosso género também a praticaram. Tal é demonstrável não só pelo facto das primeiras evidências de atividade simbólica não serem, em África, coetâneas do aparecimento do Homem Anatomicamente Moderno como também do seu aparecimento em datas e regiões do globo onde viviam outras humanidades que não essa.

No caso europeu, o debate em torno das origens da arte está muito condicionado pelo conhecimento que vamos tendo da cronologia da substituição (ou melhor dizendo, assimilação) de Neandertais pela humanidade anatomicamente moderna. Sobre essa transição na Península Ibérica, se debruça J. Zilhão no texto seguinte. Como o autor vem defendendo desde a última década do século passado, esta transição dá-se muito mais cedo a norte do Ebro e da cordilheira cantábrica, que a sul desse limite. A norte, o Proto-Aurignacense substitui o Mousteriense ou o Chatelperronense em c. de 42.000 calBP, mas a sul, o Chatelperronense e o Aurignacense antigo são desconhecidos, sendo o Mousteriense substituído já pelo Aurignacense evoluído entre 37.100 e 36.500 calBP, como foi possível precisar graças aos trabalhos liderados pelo autor na região de Múrcia. Algumas publicações recentes vêm contestar estas conclusões, argumentando com dados da Cueva de Bajondillo e da Lapa do Picareiro. J. Zilhão neste texto contra-argumenta e demonstra que os dados estabelecidos nestes dois sítios não permite contestar o modelo por si proposto como até o reforça.

Este modelo encontra igualmente a sua confirmação no sítio da Cardina (Vale do Côa), tal como defendemos no terceiro texto deste volume, que assinamos com A. F. Barbosa, L. Luís e M. Silvestre e no qual se abordam as ocupações mousterienses e aurignacenses do sítio. Este artigo foca-se também nas diferentes fases de ocupação do Paleolítico Superior identificadas na região, problematizando-se a forma como estas podem ser relacionadas com o faseamento gráfico precisado no texto seguinte deste volume. Como referimos, a identificação das relações que se podem estabelecer entre ambas as sequências está altamente condicionada pelos processos de sedimentação e erosão que se identificam no Vale do Côa. De facto, as ocupações coevas de algumas fases artísticas poderão não ter sido identificadas até ao momento quer devido a baixas taxas de sedimentação verificadas à época da sua vigência, quer

4. Santos & Aubry, *op. cit.*.

a episódios erosivos que as terão irremediavelmente destruído, processos esses que já se identificaram em outras regiões do país.

Sobre estes aspetos nos debruçamos de forma mais aturada no texto seguinte, que coassinamos com os mesmos autores e que trata da dimensão temporal da arte paleolítica do Còa, assim como das estratégias e métodos utilizados para a caracterizar. Nele procura-se demonstrar como uma estratégia que combina métodos e inferências de ordem estatística, arqueológica e geomorfológica consegue ajudar-nos a definir uma sequência rupestre ao longo de pelo menos 20.000 anos. De igual forma, procura-se demonstrar a pertinência da questão cronológica quer para o aprofundamento de algumas das problemáticas mais prementes da investigação atual, quer para o aparecimento de outras.

Uma rigorosa valorização científica da arte do Còa exige a sua contextualização no âmbito mais vasto das filiações artísticas em que se insere, desde logo a da arte paleolítica do interior peninsular, sobre a qual nos falamos Rodrigo de Balbín e Javier Alcolea no texto seguinte deste volume. Deste texto gostaríamos de destacar alguns temas tratados pelos autores: a profunda relação entre a “descoberta” de algo e a abertura da comunidade científica a essa novidade; a estreita relação entre a arte ao ar livre e a arte das cavernas de uma mesma região, ao nível de temas e técnicas; e a correlativa existência desta tradição artística não só numa série de suportes que se situam entre aquelas duas realidades extremas como também em suportes móveis.

O único texto deste volume especificamente sobre manifestações parietais no interior cavernário é o da autoria de Ramón Montes e Roberto Ontañón. Como se referiu atrás, estes autores quiseram desta forma homenagear o seu (nosso) amigo Bruno Navarro, razão pela qual aceitámos o seu repto prontamente. O seu texto resume os resultados de um projeto levado a cabo pelos autores em torno de um conjunto de manifestações gráficas de 26 grutas da região cantábrica. Estes conjuntos parecem definir uma tradição gráfica ainda pouco conhecida mas aparentemente muito idiossincrática, caracterizada pelo predomínio da pintura a vermelho e de figurações não naturalistas. Os trabalhos dos autores apontam para uma cronologia gravettense destes conjuntos parietais, o que implica a aceitação sincrónica de várias tradições gráficas na região.

A meio caminho entre as manifestações gráficas localizadas ao ar livre absoluto e a existente nos interiores cársicos, conhece-se uma série de sítios que se encontram sob abrigo e aos quais deve ser dado um destaque especial. Um caso que ilustra de sobremaneira esta existência de sítios entre aquelas realidades extremas (ao ar livre absoluto e em gruta) é o sítio aragonês da Fuente del Trucho que contém figurações em ambas as situações e sobre o qual nos falamos Pilar Utrilla e Manuel Bea no texto seguinte. Este texto é bem demonstrativo das semelhanças que se observam entre os grafismos de diversas zonas da Península ao longo do Paleolítico Superior, independentemente destes se encontrarem num contexto de penumbra (como o sítio da Fuente del Trucho), ao ar livre absoluto ou em gruta. Como no caso do Vale do Còa, vários contextos de ocupação poderão associar-se eventualmente às diferentes fases de atividade gráfica no sítio.

A norte, um destaque importante deve ser dado ao conjunto asturiano do vale do Nalón, sobre o qual nos fala J. Rodríguez Asénsio no texto seguinte deste livro. Alguns destes sítios apresentam vestígios de ocupação desde os inícios do Paleolítico superior ou até mais antigos, mas a cronocultura solutrense, mais precisamente as suas fases média e superior parecem ser aquelas com que se devem relacionar a maior parte dos grafismos figurativos da região, que se caracterizam pelo domínio temático das cervas. A este nível, os trabalhos em La Viña e, sobretudo, em La Lluera são da maior importância, até para a arte do Ocidente da Meseta. De facto, como é lem-

brado pelo autor, um dos corredores naturais entre ambas as regiões peninsulares corresponde ao vale do Trubia (um dos afluentes do Nalón), onde se localizam três estações abordadas no seu texto.

Mais seguramente datado do Solutrense é o abrigo andaluz da Cueva Ambrosio, sobre o qual nos falam Sergio Ripoll e Francisco Muñoz. Como no caso do Fariseu (Vale do Côa), o dispositivo parietal da Cueva Ambrosio encontrava-se sedimentado por níveis arqueológicos, neste caso datados do Solutrense médio. Este texto recorda-nos várias coisas importantes: a existência de uma arte iluminada pela luz do dia no meio-dia peninsular, a não contemporaneidade da transição entre os diversos tecnocomplexos do Sudoeste europeu – no mesmo intervalo cronológico encontramos o Solutrense Superior Evolucionado no Sul Peninsular e o Magdalenense antigo no Norte Peninsular/ Sudoeste francês – ou a divergência tipotecnológica que se verifica entre o norte e o sul peninsulares a partir essencialmente do Solutrense Superior.

Também em França, são conhecidos diversos abrigos com arte rupestre, datados desde o Aurignacense ao Magdalenense. Um conjunto importante é o do Périgord francês, sobre o qual nos falam Brigitte e Gilles Delluc. Este texto é bem demonstrativo de que, mesmo numa região onde abundam as grutas com grafismos parietais, as produções gráficas iluminadas pela luz natural são de uma considerável relevância quantitativa e qualitativa ao longo de todo o Paleolítico Superior. Como os autores bem lembram, é provável que a existência de rochas gravadas ao ar livre absoluto possa também ter ocorrido, mas a fraca resistência à crioclastia de grande parte das formações calcárias da região não terá permitido a conservação dos suportes até aos nossos dias. Igualmente flagrante no texto é a íntima relação que se estabelece nestes sítios entre as produções gráficas e a vida quotidiana de quem as criou e experienciou.

Este último aspeto é também sobejamente ilustrado pelo artigo de G. Pinçon, C. Bourdier e O. Fuentes, que exploram o caso específico dos abrigos esculpidos do grande Sudoeste francês, focando-se essencialmente sobre os sítios do Magdalenense médio. Neste texto, quer a relação destes sítios com outras atividades humanas aí documentadas, quer a sua inserção em diversas escalas espaciais (do espaço íntimo ao do território de um coletivo humano) são explorados de uma forma que permite a problematização do papel destes sítios e imagens na vida social das comunidades coevas a diversos níveis, desde a construção identitária dos indivíduo até à dos coletivos de que fazem parte.

A cronologia paleolítica para uma estação de arte ao ar livre foi, entretanto, também avançada em Hunsrück (Alemanha), sítio sobre o qual se debruça o texto de Wolfgang Welker. Como nos informa o autor, a descoberta da rocha data de 1992. Como começou por acontecer no Vale do Côa, este painel foi atribuído ao Paleolítico Superior com base no estilo das gravuras que o compõem e, tal como no caso português, vozes se levantaram contra essa atribuição, designadamente a de alguém que ainda hoje, pese embora todas as evidências em contrário, ainda contesta a cronologia paleolítica da arte do Côa. Infelizmente, a evolução da situação em Hunsrück não foi como a do Côa. De facto, como é denunciado pelo autor, o dispositivo rupestre em questão – que o autor atribui ao Gravettense – foi já vandalizado, não se prevendo melhorias relativamente a este aspeto.

Desde os finais dos anos 80, graças aos trabalhos seminais de Lorblanchet, Rousot, Belrán e outros, que se vai impondo a ideia que a arte paleolítica não acaba da forma abrupta como tradicionalmente se pensava. Um fácies ao ar livre, no qual o repertório abstrato vai ganhando cada vez mais representatividade parece identificar-se no Nordeste de Portugal. É sobre este fácies, no qual se incluem as incisões profundas conhecidas popularmente como “unhadas do diabo”, assim como algumas figurações zoomórficas picotadas tradicionalmente atribuídas ao Epipaleolítico, que

se debruçam M.^a de Jesus Sanches e J. C. Teixeira no artigo que se segue. As autoras defendem a ideia de que estes grafismos têm a sua origem ainda nos finais do Paleolítico Superior, dada a sua ocorrência em painéis com grafismos atribuídos a essas fases do Paleolítico. Alguns destes sítios, como o abrigo de Foz Tua, dispõem mesmo de composições atribuídas a cronologias muito mais antigas. Para as autoras, estas são evidências de uma paisagem pontuada por locais cujo valor simbólico está profundamente enraizado nestas últimas comunidades de caçadores-recolectores que habitaram a região.

Mas os caçadores-recolectores do pleistocénico e dos inícios do Holoceno que habitaram na Europa não foram os únicos a produzirem imagens sobre suportes pétreos. Se alguns destes sítios mais antigos foram já referido por d’Errico, P. Bahn apresenta-nos no texto seguinte deste volume uma síntese temporal e espacialmente mais abrangente do fenómeno. Como o leitor poderá verificar, esta realidade é bem mais vasta que o comumente aceite, mas as incertezas quanto à cronologia precisa de alguns destes sítios é também maior que a que rodeia a maior parte dos sítios europeus, o que será, em si, evidência do maior investimento que se tem feito nesta área do globo em detrimento de outras. Este texto é também elucidativo quanto à importância da arte ao ar livre no contexto destas culturas pleistocénicas extraeuropeias.

A maior parte dos sítios mencionados por Bahn são sítios rupestres, isto é, ao ar livre. De facto, como nos lembra D. Vialou no texto que se segue, a arte pré-histórica no mundo encontra-se essencialmente sob esta forma. A atividade gráfica no interior das grutas é, como nos refere o autor, uma “anomalia cultural” que se restringe praticamente (mas não só!) à tradição gráfica do Paleolítico Superior europeu. Ainda assim, mesmo neste caso, a arte iluminada pela luz natural – sob abrigo ou ao ar livre absoluto – ocorre igualmente e, como referido por diversos autores ao longo deste volume, provavelmente seria igualmente muito mais comum que a que se encontra no interior das grutas.

O mais importante sítio rupestre do mundo é, segundo M. Lorblanchet, Dampier, localizado na Austrália. Sobre este sítio, se debruça o texto do autor neste volume. Nele encontramos uma breve resenha dos seus trabalhos no sítio (e que foram recentemente publicados). Os resultados destes trabalhos, alicerçados numa metodologia que integra a arte rupestre no seu contexto, também exposta neste artigo, a par do trabalho etnológico que se foi entretanto desenvolvendo, permitem extrair conclusões de enorme interesse para o estudo de outras artes rupestres, designadamente da produzida por caçadores-recolectores. O autor termina o seu trabalho com um alerta sobre o perigo que paira sobre este património e que – como é lembrado – evoca em mais que um aspeto a batalha que se travou pela preservação da arte do Côa.

É sobre essa batalha que se debruça o capítulo seguinte deste volume, da autoria de D. Sacchi. Pensámos durante uns tempos que o lugar deste texto deveria ser imediatamente a seguir aos que se centram exclusivamente sobre o Côa. Contudo, acabámos por considerar que a sua localização no lugar em que se encontra agora – após o texto sobre Dampier – denota de uma forma muito mais evidente que a batalha pelo Côa não foi (apenas) uma luta pela preservação de um importante conjunto rupestre bem definido no tempo e no espaço, mas uma (rara) vitória de todos os que lutam pelo legado comum de toda a humanidade perante interesses económicos de questionável interesse colectivo. Como é ilustrado pelos artigos de W. Welker e M. Lorblanchet, passados 25 anos desde os acontecimentos portugueses, arqueólogos e ativistas de todo o mundo continuam a pugnar pela preservação da arte rupestre pré-histórica, contra o mesmo tipo de interesses. Estudar o contexto e a forma como se conseguiu ganhar essa batalha é, portanto, um imperativo de todos os que, pelo mundo fora, estão envolvidos nestas lutas.

O trabalho de D. Sacchi é um emotivo texto que, como que refletindo o próprio título, é bem testemunho não só de alguns dos episódios da batalha pelo do Côa nos quais o autor esteve envolvido desde o início, como também de um interessante aspeto poucas vezes abordado em publicações científicas – a das agitações interiores de um investigador que assiste (e participa) na salvação de um achado que, dadas as suas dimensões, vem revolucionar a ideia que se tem de um assunto que esse investigador aborda há já dezenas de anos e que alguns trabalhos da sua autoria – como a publicação de Fornols-Haut – já anunciavam. É também com alguma emoção que notamos que o testemunho do autor se prolonga para lá da batalha pela salvação do Côa, terminando em frente das recentes descobertas no Vale do Côa que foram pela primeira vez divulgadas durante a visita aos sítios que se seguiu às sessões do Symposium cujas atas agora se publicam.

O objetivo último de cada trabalho de investigação é a divulgação dos seus resultados ao público. Da mesma forma, a preservação do património é, em grande medida, justificada pelo seu usufruto por parte do maior número de utentes. As problemáticas da gestão e divulgação da arte paleolítica não podiam deixar de estar presentes no Côa Symposium. Dos trabalhos apresentados, apenas foram entregues dois textos, cada um deles ilustrando exemplos das duas grandes tendências atuais do mundo ocidental ao nível da política de gestão de sítios com arte paleolítica inscritos na lista do património Mundial da UNESCO.

O primeiro texto, de D. Garrido Pimentel, debruça-se sobre o modelo de gestão das grutas com arte paleolítica da Cantábria. Este modelo de gestão, inteiramente público, assenta no contínuo investimento na investigação, quer em projetos de fundo (como de La Garma), quer em projetos pontuais, mas de elevada importância mundial (como o programa de datações das crostas calcíticas). Para além de possibilitar o usufruto direto de algumas das grutas que gere, a *Red de Cuevas Prehistóricas* tem bem noção da importância do usufruto indireto deste património, investindo, por isso em atividades educativas ou outras realizadas nas imediações dos sítios, numa intensa atividade editorial ou na produção de conteúdos para a internet e as redes sociais. Do ponto de vista estratégico, destaque-se a sua integração em várias redes e circuitos internacionais.

O segundo texto, de V. Moles, é sobre o modelo de gestão adoptado para a divulgação da gruta Chauvet. Este modelo assenta na exploração de uma réplica de parte da cavidade, encontrando-se à sua frente uma instituição privada (*Société Kleber Rossillon*) a quem foi delegado este serviço público por 17 anos. Contrariamente ao caso cântabro, a gruta Chauvet não pode ser experienciada diretamente pelo visitante. Este acede à arte paleolítica de Chauvet por intermédio de uma réplica. Esta experiência não descarta a presença de um guia que é uma forma mais de aproximar esta experiência da que se pode ter numa gruta real. Neste modelo, procura-se complementar a visita da réplica com uma série de outras ofertas, como a da galeria do Aurignacense ou a realização de uma série de iniciativas dirigidas a diversos públicos, destacando-se as exposições temporárias (onde se procuram expor originais), a realização de conferências ou a aposta nos serviços educativos com uma larga gama de oficinas.

A arte rupestre é um património de todos os cidadãos, não passando os seus investigadores e gestores de mediadores entre as comunidades que a produziram e os seus concidadãos. Um outro tipo de instituição que pode desempenhar esta ponte e ser é a associação de cidadãos. Em Portugal, uma destas associações, a mais que centenária Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) – fundada em 1863 –, não só desempenhou esse papel ao longo da sua história, como tem igualmente um importante *curriculum* ao nível da investigação arqueológica em Portugal e da defesa da arte

rupestre do país, que como nos recordam J. Morais Arnaud e A. Martins no texto que fecha este volume, remonta ao século XIX. Neste trabalho, os autores sistematizam a história da relação entre esta associação e o Vale do Côa que, começando no início da batalha pela salvaguarda da sua arte rupestre, se prolonga até hoje, resultando este volume de mais uma frutuosa colaboração entre a AAP e a Fundação Côa Parque.

O sucesso do Symposium e a publicação das respetivas atas dentro de um prazo razoável de três anos, motivaram-nos a organizar uma segunda reunião nos mesmos moldes, desta feita sobre a temática da conservação da arte rupestre nos vários continentes. Inicialmente previsto para 2020, o II.º Côa Symposium foi, por força das circunstâncias sanitárias que se estava a atravessar e da trágica morte de Bruno Navarro, adiado para Dezembro de 2021. Que este seja apenas o segundo de muitos é o que tudo faremos para garantir...

